



Universidades Lusíada

Oliveira, Maria da Glória de

O nobre sacerdócio da verdade : reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista

<http://hdl.handle.net/11067/1122>

Metadata

Issue Date	2014-09-15
Abstract	O artigo aborda os modos como eram concebidas as tarefas do historiador no Brasil oitocentista, no momento de institucionalização da pesquisa e da escrita da história nacional com ambições científicas. Nesse contexto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentase como observatório privilegiado da constituíãoda chamada historiografia imperial. A hipótese central é a de que as garantias de credibilidade das obras historiográficas estariam na adequação aos ideais de uma performance vir...
Keywords	Historiadores - Brasil - Século 19, Historiografia - Brasil - História - Século 19
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 09-10 (2013)

This page was automatically generated in 2022-10-01T10:26:23Z with information provided by the Repository



**O NOBRE SACERDÓCIO DA VERDADE:
REFLEXÕES SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO
BRASIL OITOCENTISTA**

THE NOBLE PRIESTHOOD OF THE TRUTH:
REFLECTIONS ON HISTORIAN'S CRAFT IN THE 19TH CENTURY BRAZIL

Maria da Glória de Oliveira

Professora Adjunta do Departamento de História e Relações Internacionais/
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
mgloriaprof@gmail.com





Resumo

O artigo aborda os modos como eram concebidas as tarefas do historiador no Brasil oitocentista, no momento de institucionalização da pesquisa e da escrita da história nacional com ambições científicas. Nesse contexto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresenta-se como observatório privilegiado da constituição da chamada historiografia imperial. A hipótese central é a de que as garantias de credibilidade das obras historiográficas estariam na adequação aos ideais de uma *performance* virtuosa. O amor à verdade, a abnegação e a imparcialidade designavam virtudes inatas em certos homens de letras, funcionando como índices reguladores do ofício do historiador.

Abstract

The article discusses the ways in which the historian's tasks were designed in the 19th century Brazil, at the time of institutionalization of the research and writing of national history with scientific ambitions. In this context, the Brazilian Historical and Geographic Institute presents itself as a privileged observatory of the constitution of imperial historiography. The central hypothesis is that the guarantees of credibility of historical works would be in the adequacy to ideals of a virtuous performance. The love of truth, abnegation and impartiality designated innate virtues in certain men of letters, functioning as regulators indexes of the historian profession.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; Historiador; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Key words: Brazilian Historiography; Historian; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro





Em suma, que o historiador se pareça com o Zeus de Homero que, tão logo olha a terra dos trácios domadores de cavalos, logo olha também os mísios – ou seja, da mesma maneira, tão logo olhe ele as coisas dos romanos e mostre-nos como aparecem para quem as contempla do alto, logo também o faça com relação às dos persas e, em seguida em relação a ambos, enquanto combatem.

(Luciano de Samósata, 2009, p. 75)

Aclarar os fatos, apresentar estendidamente os acontecimentos, iluminá-lo com reflexões, averiguar as notícias, fazer indagações aturadas, profundas, afastar as dúvidas, romper as nuvens, as trevas que envolvendo os fatos, desfiguram-nos e alteram-nos, desvanecer os preconceitos, pesar as tradições aproveitando o que nelas houver de racional e consentâneo, apagar das crenças populares o que for falso e embusteador: eis a missão do historiador que, alumado pela luz da verdade, deve imparcial e desprevenido folhear os monumentos históricos, visitar os templos, os mosteiros, os edifícios, os túmulos, viver nos arquivos e cartórios, viajar, ser paleógrafo, antiquário, viajante, bibliógrafo, [...].

(Azevedo, 1868, p. 33)

O nascimento da figura do historiador, como aquele que proferia o nome próprio na exposição dos resultados de uma investigação, precedeu a conceitualização e a constituição disciplinar da história (Hartog, 2003, p. 14). Os antigos escreveram as histórias sem que a opção por esse gênero discursivo implicasse a teorização dos seus princípios ou a explicitação das suas condições de possibilidade. O célebre tratado de Luciano de Samósata, no século II da era cristã, a despeito do título alusivo, *Como se deve escrever a história*, não oferecia nada semelhante a um discurso do método ou dos seus fundamentos epistemológicos, mas exortava preceitos com base em exemplos de “vícios e virtudes” observados nos praticantes do gênero: “Portanto, assim deve ser para mim o historiador (*syngraphéus*): sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [...] alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela”. (Luciano, 2009, p. 71).¹

¹ Como observou Jacyntho Lins Brandão acerca da obra, “não é tanto a história, são sobretudo os historiadores que por ela desfilam. Seja o que evitar, sejam os princípios que se aconselham, tudo se deduz de práticas e praticantes da história” (Brandão, 2009, p. 229). Curiosamente, Luciano (119-175 d. C), sofista de origem síria, foi tudo menos um historiador, embora seja o autor do único tratado

No horizonte de referências de Luciano, entre os historiadores gregos (ou dos que escreviam em grego), Tucídides desponta como o parâmetro modelar e ideal para a escrita da história, por oferecer à posteridade um relato verdadeiro dos acontecimentos. “É que do historiador a obra é uma só: dizer as coisas como se passaram”.² Assim, as expectativas de veracidade dirigidas ao gênero histórico não se dissociavam de uma exigência crucial de equanimidade igualmente dirigida ao historiador, qualidade condensada na metáfora do “olhar de Zeus”, como visão onisciente capaz de abarcar todas as coisas.³ Em outras palavras, é por ver “como o Zeus de Homero” que o historiador se define enquanto tal e não como um observador ordinário (Idem, p. 69).⁴

No início da era moderna, o francês Gabriel Bonnot, abade de Mably, leitor célebre de Luciano, discorrerá sobre as maneiras de se escrever a história, assinalando os seus diferentes gêneros, a serem emulados dos modelos historiográficos antigos. A escrita do texto histórico demandaria dos seus pretensos autores, além dos estudos auxiliares do direito, da política e da filosofia moral, talentos e qualidades inatas: “nasce-se historiador, como se nasce poeta, orador, etc.” (Mably, 1988, p.270). A utilidade instrutiva da história estaria relacionada precisamente à capacidade do historiador em elaborar narrativas, não apenas para satisfazer a vã curiosidade do leitor, mas para torná-lo “prudente”, servindo-lhe de “bússola no mar tempestuoso” da experiência.⁵

Muito antes do advento das teorizações acerca da história, ou seja, antes da pergunta sobre o que era a história, foram primordiais as preocupações em torno de *como deveria ser o historiador*. A tópica de que as histórias escritas para merecerem tal designação deveriam se distanciar do mito para serem relatos verdadeiros manteve-se como condição *sine qua non* das práticas do gênero. Assim, quando Voltaire definiu a história como narração que se contrapunha à fábula reiterou a consciência de uma fronteira de difícil demarcação, mas sem a qual nenhum conhecimento histórico seria possível (Voltaire, 2007, pp. 3-36). A

antigo sobre a história que desfrutou de autoridade durante séculos. Cf. Hartog, 2001, p. 223.

² O princípio segundo o qual o historiador deveria se manter fiel à verdade, expondo claramente os fatos em toda a sua evidência, fora formulado anteriormente por Cícero, em *De Oratore* (55 a. C.). Desde então, manteve-se em larga vigência, sendo retomado, na modernidade, através da célebre fórmula “mostrar como as coisas efetivamente aconteceram” de Leopold von Ranke, ou ainda em sua confissão não menos citada: “eu gostaria de poder apagar meu próprio eu, dando vez apenas às coisas que se manifestam por meio de forças poderosas” (Ranke apud Koselleck, 2006, pp. 164-165).

³ É importante lembrar que, em Luciano, como em Cícero, o compromisso com a exposição “verdadeira” implica o domínio das habilidades e preceitos da arte retórica. Para uma análise da concepção retórica de história, ver Teixeira, 2008.

⁴ Como destaca Zangara, para Luciano, a experiência do exílio seria a condição de possibilidade de acesso a uma “visão olímpica” que permitiria ao historiador ultrapassar a parcialidade dos testemunhos (Zangara, 2007, pp. 23-28).

⁵ “Voilà le tableau que les historiens doivent nous mettre sous les yeux, non pas pour satisfaire une vaine curiosité, mais pour suppléer à notre inexpérience, et em nous rendant prudents, nous apprendre à éviter les mêmes malheurs, et nous donner une boussole sur cette merorageuse et sans bornes.” (Mably, 1988, p. 276).



insistência acerca do propósito fundamental de oferecer narrativas expurgadas de qualquer conteúdo fabuloso, da mesma forma que marcou as práticas do gênero historiográfico desde os antigos, acompanhou, na modernidade, a constituição da história como disciplina científica, fundada na operação investigativa dos vestígios do passado.⁶ A par disso, os historiadores modernos serão movidos por uma compulsão desmistificadora no exame e na investigação das fontes documentais, servindo-se das práticas da crítica filológica e procedimentos da tradição erudita humanista (Grafton, 2001, pp. 85-117).⁷

A metodização da prática historiográfica implicou, por sua vez, a delimitação mais rigorosa das regras de averiguação sob as quais a experiência do passado passaria a ser elaborada por meio da pesquisa documental. No entanto, a conformação paulatina da história como campo de conhecimento autônomo e especializado não excluiu certas disposições intelectuais que situavam as operações do historiador entre os domínios da pesquisa erudita e do engenho de competência literária. Figura paradigmática da história moderna e “científica”, Leopold von Ranke formularia explicitamente os termos do problema ao afirmar que a história distinguia-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte.⁸ Sob uma perspectiva semelhante, em conferência proferida em 1821, em pleno contexto das reformas políticas do Estado prussiano que acompanharam a criação da Universidade de Berlim, Wilhelm von Humboldt reiterava o pacto de verdade fundador do relato histórico, postulando que a tarefa do historiador e “primeira e inevitável exigência de seu ofício”, era a exposição dos acontecimentos (Humboldt, 2010, p. 82).⁹ Entretanto, o trabalho historiográfico exigiria mais do que uma disposição receptiva e meramente reprodutora do curso dos eventos. Para “compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos”, o historiador deveria dar forma e sentido àquilo que, sob a observação imediata, encontrava-se “disperso, isolado e estilhaçado” (Idem, pp. 82-83). Deste modo, as postulações de Humboldt desembocam em uma espécie de solução moderna para a clássica disputa entre história e poesia, ao definir a tarefa do historiador como sendo a de “expor cada evento como parte de um todo, ou a cada evento dar a forma da

⁶ A postura metodológica moderna de crítica à tradição mítica e a exclusão do fabuloso remete aos antigos e, mais diretamente, a Tucídides e a sua célebre introdução à *Guerra do Peloponeso*: “E para o auditório, talvez, o caráter não mítico dos fatos parecerá menos agradável; mas, a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, pelo que respeita ao humano, ocorrerão tais quais ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante” (Tucídides, I, 22,4).

⁷ A tese de que o método moderno de pesquisa histórica tem raízes nas práticas de erudição encontra-se em Momigliano, 1983, pp. 244-293.

⁸ “A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido, ao representá-los. Outras ciências satisfazem-se em mostrar o achado meramente como achado. Na história, opera a faculdade da reconstituição. Como ciência, ela é aparentada à filosofia; como arte, à poesia” [1835]. Ranke apud Rösen, 2007, p. 18.

⁹ Sobre a concepção de ciência histórica de Humboldt, cf. Iggers, 1998, pp. 29-30



História” (Idem, p. 87).¹⁰ Portanto, ao contrato de verdade que, desde sempre, havia sido o atributo distintivo da história escrita, combinar-se-ia uma ambição totalizante no plano da narrativa o que, por sua vez, demandaria qualidades e competências intelectuais específicas para o desempenho da tarefa historiográfica. Dentro do contexto de constituição disciplinar da história, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro funcionou, a partir de 1839, como lugar de fabricação da historiografia imperial, estabelecendo prerrogativas e critérios para a sua validação (Cezar, 2004; Araújo, 2008 e Guimarães, 2006, 2007 e 2011). A interseção entre as esferas intelectual e política marcaria a produção letrada brasileira, evidenciando-se nas posições ocupadas por diversos autores, fosse pela atuação efetiva em funções públicas, ou na defesa de ideias ou projetos políticos-culturais.¹¹ Não seria fortuito que os sujeitos letrados compartilhassem espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir e atribuir sentido ao passado nacional, pois, nesse momento, como bem observou Temístocles Cezar, “nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual” (Cezar, 2003, p. 74).

Por conta disso, é importante considerar que as diferenças entre “homens de letras” e “homens de ciência” permaneceriam tênues no contexto brasileiro, ao longo do século XIX, graças à confluência dos seus serviços intelectuais, prestados em nome de um mesmo projeto político civilizador. Com base nas palavras do sócio do IHGB, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, destacadas em epígrafe neste artigo, poder-se-ia argumentar que as múltiplas figurações do estudioso da história decorriam, em grande parte, da fluidez e incipiência das fronteiras disciplinares no Oitocentos. Considerando as peculiaridades do projeto historiográfico brasileiro nesse período, poderíamos indagar: como as diversificadas práticas letradas e modalidades discursivas articulavam-se aos procedimentos de investigação e de elaboração da história, constituindo o extenso rol de tarefas dos historiadores e, por conseguinte, as suas variadas figurações? Quais encargos, deveres e virtudes modelares passariam a se destacar no espectro amplo de operações intelectuais que compunham o ofício historiográfico e a autoridade do historiador no século XIX? Em que medida, nas figurações modernas oitocentistas, estariam reconfiguradas as tópicas antigas do historiador *apolis*, juiz equânime e comprometido em “dizer a verdade”?

Em outras palavras, tais questionamentos apontam para uma reflexão acerca de como as tarefas de que se incumbiam os historiadores sinalizavam concepções diversificadas sobre os modos de investigação e de construção do conhecimento

¹⁰ Para uma discussão acerca da comparação entre história e poesia estabelecida na *Poética*, de Aristóteles, ver Netto, 2011, pp. 241-257. A respeito da transposição da fronteira entre história e poesia no processo de formação do conceito moderno de história, ver Koselleck, 2004, pp. 47-59.

¹¹ Como destacou Ângela de Castro Gomes, trata-se de uma intelectualidade “que quer afirmar sua esfera de competência específica, para o que necessita de certa liberdade em relação ao campo do poder político, mas que não pode se afastar completamente desse campo por inúmeras e diferenciadas razões...” (Gomes, 1996, p. 76).



do passado. No momento em que um regime historiográfico com pretensões científicas tornava incontornável a delimitação das condições de possibilidade para a pesquisa e a escrita da história nacional, poder-se-ia acrescentar uma indagação não menos premente sobre *como deveria ser o historiador do Brasil*.

Apologias ao historiador

A escrita histórica, concebida ao longo do século XIX como dever cívico e missão sacerdotal, era um empreendimento qualificado como nobre, árduo e útil, justificado por suas vinculações diretas ao projeto político do Estado imperial (Turin, 2009). Nesse contexto, as tópicos que designavam os requisitos da tarefa historiográfica são recorrentes na produção letrada e, em especial, nos textos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicados sob diversificados gêneros, como discursos, pareceres, relatórios e elogios biográficos. É importante ressaltar que a agremiação baseava a admissão de seus sócios em critérios de “suficiência literária” (Guimarães, 1995). Não por acaso, grande parte dos brasileiros ilustres, que figuram na seção de biografias do periódico do IHGB, ao longo do Oitocentos, teria destacada a sua atuação concomitante nos negócios públicos do Império e nos serviços prestados às letras nacionais (Oliveira, 2011).

De modo mais específico, nas biografias de Sebastião da Rocha Pita e do Visconde de São Leopoldo, publicadas entre os anos de 1850-60, é possível identificar algumas fórmulas mobilizadas na delimitação da figura do historiador como amor à verdade, a abnegação, o auto-sacrifício e a imparcialidade. Os dois textos biográficos servem como observatórios privilegiados para a investigação dos modos como certas qualidades intelectuais e morais foram designadas não apenas para justificar o trabalho de memória desses biografados, mas, sobretudo para prescrever padrões ideais e exemplares próprios à *performance* historiográfica.

No elogio biográfico dedicado ao Visconde de S. Leopoldo, Francisco Marcondes Homem de Mello o descreve como um “apóstolo devotado da verdade”, cuja vida fora marcada por “muita abnegação” e por “sacrifícios sublimes”, um conjunto de virtudes ascéticas que serviam para qualificar os grandes homens públicos (Mello, 1860, pp. 131-142)¹². José Feliciano Pinheiro, primeiro presidente e um dos fundadores do IHGB, falecido em 1847, atingira os degraus máximos da carreira pública “guardando sempre um nome puro, uma reputação ilibada”. A vocação literária o fizera recolher-se do mundo e da luta agitada das paixões políticas para se dedicar “ao nobre sacerdócio da verdade”. Ao fim de uma vida de abnegações e de serviços prestados ao Império, Feliciano Pinheiro trocava “a farda de ministro pela mesa de trabalho do literato”, deixando “as agitações da política pelo viver singelo do homem de ciência”.

¹² Nas citações de textos da Revista do IHGB, será mantida a grafia original.



A ênfase na condição heroica e pragmática da investigação do passado não implicava, contudo, desprezar as dimensões literárias do trabalho historiográfico. A par disso, Fernandes Pinheiro podia ser definido como “um dos escriptores mais notáveis da litteratura brasileira”, a quem não faltaram todos os atributos de um “perfeito historiador”. Como legado às gerações vindouras, deixava valiosos trabalhos sobre a história do Brasil nos quais se identificavam uma “profunda investigação dos fatos”, uma “ilustrada imparcialidade” e, não menos importante, a “sobriedade de estilo” (Idem, pp. 138-140).

Deste modo, a escrita da história era concebida, acima de tudo, como uma tarefa nobre pautada por inspirações de patriotismo, bem como pela função utilitária e instrutiva do conhecimento que oferecia à sociedade. Com base em argumento semelhante, Manoel de Araújo Porto Alegre conclamara os letrados brasileiros na ocasião em que o Instituto celebrava as novas instalações no Paço Imperial, em dezembro de 1849:

Ao litterato já não pertence essa existência secundaria na ordem social, essa vida de um crepúsculo que só depois da morte se devia engrandecer: os serviços intellectuais do ministério das idéas foram nivelados com os outros elementos civilisadores, e a sua gloria igualada á do general, do magistrado e do estadista; os elos da cadea civilisadora se acham entrelaçados fraternalmente, e caminhando na mesma direção. (*Revista do IHGB*, 1849, p.555).

Enquanto a obra historiográfica permanecia definida como aquisição para sempre, isto é, um bem para a posteridade, a figura do historiador adquiriria fortes traços de heroicidade em razão das dificuldades atribuídas ao empreendimento de investigação e elaboração da história. No elogio biográfico do visconde de São Leopoldo despontam os traços com que se definia, no homem de letras, a vocação para o estudo da história. A julgar pelas biografias daqueles que, como o presidente do IHGB, eram dignos de reconhecimento por seus trabalhos nesse campo específico, a composição de obras historiográficas não parecia estar vinculada à manifestação de um gênio ou de talento artístico original, semelhante ao dos poetas, mas se relacionaria muito mais a uma escolha marcada pelo sacrifício e abnegação.¹³

Na biografia dedicada a Rocha Pita, Pereira da Silva descreve a vida do literato baiano como “regular, amena e plácida”, em contraponto ao entorno histórico de final do século XVII e início do XVIII, marcado por episódios importantes para o destino da nação (Silva, 1849, pp. 258-276). Nem mesmo o contexto conturbado de desfecho da guerra contra os holandeses, arrancaria Rocha Pita de seu “ócio ditoso” e do cotidiano “sereno e sossegado” que o fizera conquistar a reputação de “poeta e literato mediano”. Já com a idade avançada, sobrevivera-lhe a ideia

¹³ Em trabalho instigante sobre as autobiografias dos historiadores, Jeremy Popkin analisa como o tema da vocação é tratado, especialmente nos escritos de Edward Gibbon e Henry James, para justificar a dedicação à tarefa de escrever a história. Cf. Popkin, 2005, pp.120-150.



de escrever a história do Brasil. Ao dar início àquela importante missão, Rocha Pita “calculou todas as dificuldades de sua empresa” e, para vencê-las, dedicou muitos anos ao exame de documentos nos arquivos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Lisboa.

Era preciso recorrer aos manuscritos e aos documentos, revolver as bibliothecas publicas; as secretarias de Estado; os depósitos e archivosreaes e particulares; examinar itinerários, viagens, chronicas religiosas, descrições militares; era imensa a tarefa, de difficilima execução, de trabalhos muito longos e penosos; a vida de um homem parecia á primeira vista curta para emprehendel-a e leval-a a cabo! (Idem).

É interessante notar como, nos elogios biográficos dos historiadores citados, o acento do louvor recai sobre qualidades intelectuais e morais específicas, assinaladas como elementos decisivos para o desempenho do ofício. Entende-se assim que, nesses textos, a apologia de certas “virtudes” como a disposição incansável para a busca de documentos nos arquivos desempenhava uma função prescritiva e até mesmo normativa acerca das práticas historiográficas, servindo também para pontuar os “vícios” que poderiam comprometer o desempenho do historiador.

Na biografia de Rocha Pita, por exemplo, Pereira da Silva é generoso ao enumerar as tantas virtudes do autor na elaboração da sua *História da América Portuguesa*, mas é categórico ao apontar o seu mais grave defeito: Rocha Pita tomara como verdadeiros episódios lendários, incidindo em um pecado capital para o historiador. Era possível reconhecer-lhe as qualidades intelectuais da “investigação minuciosa”, do “ardente desejo de tudo saber” e dos “esforços escrupulosos na busca da verdade”, mas, nas palavras de Pereira da Silva, “faltara-lhe a coragem para repelir a influencia das lendas religiosas e patrióticas” e o “preciso discernimento para separar o verdadeiro do falso” (Silva, 1849, p.272)

Portanto, a única objeção dirigida ao historiador tem o efeito mais amplo de dar nome ao grande “inimigo interno” do trabalho dos homens de ciência do século XIX: a imaginação.¹⁴ O que chama atenção neste caso é que, considerando os argumentos de Pereira da Silva, o suposto antídoto para o problema não estaria propriamente em um método ou na prática de procedimentos específicos que garantissem a depuração dos conteúdos lendários, tendo em vista a elaboração de uma história mais verdadeira. Tal constatação induz à pergunta: se não é a prática de um método, o que distingue, então, o “verdadeiro” historiador no século XIX?

¹⁴ Como assinalam Lorraine Daston e Peter Galison, em sua história da objetividade, em meados do século XIX, os homens de ciência começaram a se inquietar com um novo tipo de obstáculo para o conhecimento: eles mesmos. neste sentido, os dois grandes inimigos internos do conhecimento que aspirava ser “objetivo” eram o julgamento e a imaginação. cf. Daston, 2007, p. 118.



Patriotismo, distância e imparcialidade

Embora constituíssem justificativa recorrente da opção do homem de letras pelo estudo da história, os sentimentos de inspiração patriótica não deixariam de tornar cada vez mais problemático o cumprimento dos imperativos de cientificidade pela disciplina, pois tais motivações levantariam suspeitas acerca da suposta carga de parcialidade de seus escritos. Entre os integrantes do IHGB que abordaram a questão, o cônego José Feliciano Fernandes Pinheiro manifestar-se-ia ciente das diferentes formas de historiografia segundo o ponto de vista daqueles que a elaboravam. Ao introduzir o seu trabalho sobre as batalhas que marcaram o fim do domínio holandês no Brasil colonial, desenvolvia esta reflexão:

Historiadores há que entendem ser licito adornar com os arabescos da ficção os fastos nacionaes, exaltar as victorias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou atenuar as próprias derrotas; a esta escola pertenceram Heródoto, Tito Lívio entre os antigos e João de Barros e Rocha Pita entre nós. Por mais respeitáveis que se jãotaesautores, por mais patriótico que pareça o seu propósito, apartamo-nos de seu methodo, pensando que abdicaria a historia a mais nobre das suas prerrogativas si *deixasse de fallar aos homens a verdade*. Reconhecendo a competência de semelhante tribunal, para elleappellam vencedores e vencidos, e convicto de sua justiça ninguém há que a tal emprazamento se recuse. Pôde por dilatados annos fazer se esperar a derradeira sentença; quando porem proferida traz Ella o cunho da mais sublimada imparcialidade. (Pinheiro, 1866, pp.309-310)

Nestas considerações, ecoam advertências expressas contra as intromissões da retórica literária, do patriotismo e das “fábulas” destituídas de qualquer fundamento de verdade histórica, na escrita do historiador. As condições para uma apreensão historiográfica mais imparcial e verdadeira dos fatos seriam dadas por um distanciamento que somente a sucessão temporal (os “dilatados annos”) e o fluxo próprio da história poderiam estabelecer. E, nesse caso, o avanço do tempo seria considerado menos por seu potencial corrosivo do que pelo acréscimo de sentido e compreensão que faria incidir sobre os acontecimentos pretéritos. Como premissa para a elaboração do conhecimento histórico, o afastamento temporal circunscreveria a posição epistemológica privilegiada do historiador frente à do cronista, o que acentuava a demanda por documentos com que o primeiro passaria a inquirir crítica e indiretamente o passado.

A possibilidade de a investigação histórica alçar-se ao patamar das disciplinas científicas modernas fundava-se, ineludivelmente, na reafirmação da imparcialidade como atributo emblemático do historiador. É neste sentido que o vice-presidente do Instituto em 1897, Manoel Francisco Correia, classifica a



história como “ciência”, afirmando que:

ella [a história] não prescinde da observação, do agrupamento dos factos que se succedem; mas também o seu principal mérito está em penetrar, por operação invisível do pensamento, no nexo lógico que os prende, ou, em outros termos, em descobrir a marcha evolutiva da civilização na confusão de acontecimentos que revoluteiam, tumultuam e se atropellam. É seu cunho distintivo a imparcialidade. Com igual e inflexível justiça exalta e abate impérios e republicas, aristocracias, theocracias, oligarchias: seu culto é o do bem e da virtude. (*Revista do IHGB*, 1897, p.419)

Na metáfora da distância histórica, central para a concepção de historiografia científica no século XIX, estaria subentendido não exatamente um procedimento metódico, mas um estado ou disposição de espírito que os historiadores deveriam adquirir no exercício de virtudes intelectuais ascéticas. Como observou Herman Paul, aos que escreviam a história era imperativo se distanciar não do passado, mas de suas crenças preconceituosas sobre os tempos pretéritos (Paul, 2011a, p. 116). Neste caso, a noção de *performance* e sobretudo o conceito de virtude epistêmica, despontam como categorias de análise possíveis para a investigação das práticas que conformaram a construção do conhecimento histórico (Paul, 2011, pp.1-19).¹⁵ A despeito de se considerar outros fatores igualmente condicionantes, o que se enfatiza nesse caso é que sem o exercício de certas virtudes e a concomitante transformação dessas virtudes em padrões de conduta profissional institucionalizada, não seria possível construir conhecimento dotado de credibilidade “científica” (Idem, p. 9).

Segundo Paul, essa categoria conceitual nos permitiria compreender as práticas dos historiadores como “performances idealmente reguladas por virtudes como a diligência, o rigor e a verdade”.¹⁶ Do mesmo modo que as práticas, as virtudes que delimitam os padrões da boa *performance* podem variar no tempo e conforme os lugares aos quais se vinculam os historiadores.¹⁷ Assim, o argumento que está proposto nessa aproximação com a epistemologia das virtudes é o de que não são as práticas que credenciam, por si mesmas, a fiabilidade do conhecimento, mas sim o conjunto de qualidades cognitivas e traços de caráter que estariam na base das escolhas dos sujeitos em ação quando o elaboram.

¹⁵ O pressuposto, compartilhado pelos estudiosos contemporâneos da chamada “epistemologia da virtude”, é o de que os traços de caráter dos sujeitos que produzem conhecimento desempenham um papel decisivo e constitutivo das regras que orientam a sua construção. Cf. Paul, 2011.

¹⁶ Nesse caso, o conceito de *performance* mencionado tem o sentido de “ato e evento” e está baseado em Elin Diamond, *Performance and Cultural Politics* (1996). Cf. Paul, 2011, p. 4, nota 10.

¹⁷ Um bom exemplo desse tipo de abordagem está no instigante e já citado trabalho intitulado *Objectivity*, em que Lorraine Daston e Peter Galison demonstram como a noção moderna de “objetividade”, célebre virtude epistêmica, surgiu em meados do século XIX, condensando elementos díspares que se mantiveram, historicamente e conceitualmente, distintos.

Embora as proposições desenvolvidas por Paul demandem uma análise mais aprofundada do que o esquematismo das linhas acima pode sugerir, considero-as pertinentes para a investigação sobre os modos como se delimitaram as tarefas do historiador no Brasil imperial. Nesse caso, retornando às biografias de historiadores acima citadas, algumas considerações finais podem ser apontadas: (a) os usos das tópicas do amor à verdade, da abnegação e da imparcialidade, assinaladas nos elogios biográficos, designam virtudes inatas em certos homens de letras, que funcionam como índices reguladores no processo de institucionalização e profissionalização da pesquisa e da escrita da história no Oitocentos; (b) o louvor dessas virtudes – identificados em outros tipos de discursos – serve para circunscrever parâmetros e padrões ideais de conduta baseados em qualidades e traços de caráter dos sujeitos letrados; (c) na constituição da historiografia dita “científica”, as garantias de credibilidade das obras historiográficas estariam, portanto, na adequação desses sujeitos aos ideais de uma *performance* virtuosa do historiador. Restaria investigar, a partir de tais apontamentos, em que medida a ambicionada imparcialidade, para citar um exemplo de “virtude epistêmica”, corresponderia mais a um conjunto de traços relacionados a competências intelectuais e atributos morais inatos de certos homens de letras do que aos efeitos da prática de um método específico.

Por fim, é importante acrescentar que, ainda nas décadas iniciais do século XX, o perfil do historiador permaneceria em aberto, mantendo-se como objeto de debates e disputas, “no que dizia respeito tanto ao tipo de produto intelectual que caracterizaria o seu *métier* (em sua diversidade e hierarquia) quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a ele desenvolver para ser reconhecido como tal” (Gomes, 2009, p.26). A despeito de visar à fabricação de um saber específico, a atividade historiográfica abarcava uma diversidade de deveres e desafios a serem cumpridos com a consciência do desempenho, ora de um *sacerdócio*, ora de um *ofício* artesanal. Concomitantemente, a autoridade daquele que assumia os encargos de historiador deixava de ter a sua ênfase apenas nas competências de estilo e de engenho literário para se fundar em uma série de operações metódicas que passariam a conferir, de modo mais decisivo, a ambicionada credibilidade científica ao conhecimento acerca do passado.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. O dia 9 de janeiro de 1822. *Revista do IHGB*, Tomo 31, 1868, pp. 33-61.



BRANDÃO, Jacyntho Lins. "Luciano e a história". In: LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura*, v.2, n.3, jan.-jun., 2003, pp.73-94.

_____. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá/PR, v. 8, 2004, pp. 11-29.

_____. O ofício do historiador no século XIX, Notas sobre o caso Varnhagen. In: SEBRIAN, Raphael N. Nicoletti (org.) *Leituras do passado*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2009, pp. 9-33.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

GRAFTON, Anthony. *Falsarios y criticos*. Creatividad e impostura en la tradición occidental. Barcelona: Editorial Critica, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 68-85.

_____. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 95-122.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.

_____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS,



Estevão de Rezende. *A história pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

IGGERS, Georg G. *La ciência histórica em el siglo XX*. Barcelona: Idea Books, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

MABLY. *De lamaniere d'ecrirel'histoire* [1783]. Paris: Fayard, 1988.

MELLO, Francisco Ignácio M. Homem de. O Visconde de São Leopoldo. Esboço biographico. *Revista do IHGB*, Tomo 23, 1860, pp. 131-142.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

NETTO, Monica Costa. Aristóteles e o fracasso de Tucídides. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, pp. 235-257.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History and Theory*, 50, February 2011, pp. 1-19.

_____. Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method around 1900. *History and Theory*, 50, december, 2011a, pp. 104-116.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. As batalhas dos Guararapes. *Revista do IHGB*, Tomo 29, 1866, pp. 309-331.

POPKIN, Jeremy D. *History, historians & autobiography*. Chicago: Chicago University Press, 2005.

RÜSEN, Jörn. *História viva*. (Teoria da História III). Brasília: Editora UnB, 2007.

SILVA, João Manoel Pereira da. Sebastião da Rocha Pita. *Revista do IHGB*, Tomo XII, 1849, pp. 258-276.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a



concepção retórica da história. Belo Horizonte, *Varia Historia*, vol. 24, n. 40, 2008, pp. 551-568.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, número 02, 2009, pp. 12-28.

VOLTAIRE. História. In: *A filosofia da história*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANGARA, Adriana. *Voirl'histoire*. Théories anciennes du récit historique. Paris: EHESS, 2007.

